



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**SENTENÇA**

Processo nº: **1005760-69.2018.8.26.0037**  
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Voluntária**  
Requerente: **Maria Luiza Regina de Osti Daniel**  
Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**Maria Luiza Regina de Osti Daniel**, qualificado(a)(s) nos autos, ajuizou(aram) a presente ação de Procedimento Comum - Voluntária, em face da(s) parte(s) requerida(s) "Fazenda Pública do Estado de São Paulo sustentando que é Perita Criminal em atividade, contando com 25 anos de serviço público exclusivamente em trabalho policial e que recebe abono de permanência, tendo direito a aposentar-se com direito à integralidade e paridade de vencimentos, amparando-se nas Leis Complementares Federais nº 51/1985 e 144/2014 e Emenda Constitucional nº 47/2005, mas a Fazenda do Estado tem calculado os benefícios previdenciários na forma do Regime Geral de Previdência Social, ao qual nunca esteve vinculada, por interpretação da LC 51/85 e 144/2014. Pede declaração de que tem direito a se apontar nos termos das Leis Complementares nº 51/85 e 144/14, com integralidade e paridade de vencimentos. Com a inicial de fls. 01/09 apresentou os documentos de fls. 10/18.

Indeferida a tutela de urgência (fls.28).

Citado (fls.30), a ré Fazenda Pública do Estado de São Paulo contestou a ação (fls.36/49) argumentando que a autora não tem direito à integralidade e à paridade na forma de cálculo e de reajuste dos proventos de aposentadoria especial, uma vez que não



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

preencheu os requisitos da lei complementar nº51/1985 antes do advento da emenda nº 41/2003 e o valor real conforme critérios estabelecidos em lei. Pugnou pela improcedência do pedido.

Réplica às fls. 49/55.

É o relatório.

### **Fundamento e decido.**

O feito está em condições de ser julgado, sendo desnecessária a dilação probatória (art. 355, I, CPC).

Pretende a autora que se declare seu direito à aposentadoria na forma da LC nº51/85 alterado pela LC nº144/14.

Sua pretensão encontra guarida legal.

Não se pode ignorar que, uma vez recepcionada a Lei Complementar Federal nº 51/85 pela Constituição de 1988, não há mais como sustentar o entendimento no sentido que, diante da ausência de Lei Federal, seria impossível a concessão de aposentadoria especial com base em legislação estadual.

Em relação aos policiais civis do Estado de São Paulo, aplica-se a Lei Complementar Estadual nº 1.062/08, que dispensou o requisito idade mínima para aqueles policiais que ingressaram na corporação antes do advento da emenda Constitucional nº 41/2003, caso da autora, como se verifica abaixo:

*“Artigo 3º - Aos policiais que ingressaram na carreira policial antes da vigência da emenda Constitucional nº 41, de 19 de*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

*dezembro de 2003, não será exigido o requisito idade, sujeitando-se apenas à comprovação do tempo de contribuição previdenciária e do efetivo exercício em atividade estritamente policial, previstos nos incisos II e III do artigo 2º desta lei complementar”.*

Nesse ponto, ressalta-se que o requerido não se insurge quanto à aplicabilidade do art. 1º, II, “b”, da Lei Complementar nº 51/85, de acordo com redação dada pela Lei Complementar nº 144/14, para fins de análise do pedido de aposentadoria especial da autora.

O que se sustenta, na verdade, é que o direito à aposentadoria especial, nos termos da legislação supramencionada, não se confunde com o direito à integralidade e paridade remuneratória, o que somente poderia ser deferido aos policiais civis aposentados antes do advento da EC 41/03 ou àqueles que reuniram os requisitos após a referida Emenda e que se enquadram nas regras de transição da Emenda Constitucional nº 47/05.

Sem razão, contudo.

Isto porque, esse direito tem sido reconhecido aos policiais civis que ingressaram no serviço público anteriormente ao advento das ECs nºs 20/98 e 41/03, que é exatamente o caso dos autos.

Aliás, assim já decidiu o TJSP, em casos que também envolviam policiais civis:

*“(…) Com efeito, o apelante comprovou ter mais de trinta anos de contribuição previdenciária e vinte anos de efetivo exercício em atividade estritamente policial (fls. 41/42). Tendo ingressado no serviço público, na carreira policial, em 25 de outubro de 1988 (fls. 41), portanto, antes da Emendas Constitucionais nº 20/98 e nº 41/03, o apelante adquiriu o direito à aposentadoria especial, com paridade e integralidade de proventos, nos termos do art. 1º, II, 'b', da LC nº 51/85, a qual foi recepcionada pela Constituição Federal,*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

*conforme reconhecido pelo Colendo STF (RE nº 567.110/AC). Esse tratamento diferenciado tem respaldo no art. 40, §4º, da Constituição Federal, que em sua parte final ressalvou, nos termos definidos em leis complementares, a concessão de aposentadoria especial aos servidores portadores de deficiência, cujas atividades de risco e cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física (incisos I a III). As chamadas regras de transição constantes do art. 6º da EC nº 41/03 e art. 3º da EC nº 47/05, usualmente invocadas para afastar a incidência da LC nº 51/85, aplicam-se às aposentadorias comuns, não à aposentadoria especial prevista no art. 40, §4º, CF, como ocorre no caso dos policiais civis que exercem atividades de risco. (...)” (TJSP. Apelação nº 1027642-10.2016.8.26.0053. 9ª Câmara de Direito Público; Rel. Des. DÉCIO NOTARANGELI, j. 08/03/2017).*

Nesta senda, não há como não julgar procedente a ação.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação, a fim de declarar o direito da autora MARIA LUIZA REGINA DE OSTI DANIEL à futura aposentadoria especial, com proventos integrais e a incidência da regra da paridade de vencimentos, na forma da Lei Complementar 51/1985, alterada pela LC 144/2014.

CONDENO ainda a ré, ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como ao pagamento dos honorários advocatícios que fixo em R\$600,00 (seiscentos reais), com fulcro no art. 85, § 8º, do CPC.

Sentença não sujeita à remessa necessária (CPC, art. 496, § 3º, II).

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 18 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425